
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

R\$ (1,00)

NOTA 01 - ATIVIDADES

A PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, sociedade de economia mista, constituída nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.133/65, tem como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Santos, e suas atividades atuais abrangem:

- a) Executar serviços de limpeza no sistema de drenagem;
- b) Fiscalizar a operação das atividades relacionadas à limpeza pública;
- c) Produzir massa asfáltica;
- d) Executar serviços de Conservação de Vias Públicas;
- e) Executar serviços de limpeza de edificações de próprios municipais;
- f) Elaborar projetos de arquitetura e de engenharia;
- g) Organizar e administrar serviços na área da Tecnologia da Informação;
- h) Assistir a Administração Pública Municipal em áreas de seu interesse;
- i) Realizar quaisquer outras atividades compatíveis com as suas finalidades.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 10 de março de 2022. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

b) Aplicações financeiras

Registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício.

c) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustado ao seu valor recuperável, quando aplicável, bem como pela provisão para perdas dos investimentos sem respectiva recuperação ou pelos rendimentos auferidos.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear às taxas descritas na Nota explicativa nº 07.

O Imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. Alguns bens permanecem gravados por conta de execução fiscal, trabalhista e cível, conforme nota explicativa nº 12.

e) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização e perdas acumuladas de seu valor recuperável.

Esses ativos estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes.

Os ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação

às demonstrações contábeis são ajustadas pelo seu valor presente.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que os recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável seja feita. Essa avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias variadas de causas processuais.

NOTA 04 – PARCELAMENTOS ESPECIAIS

4.1 – Parcelamento Lei 11.941/2009 de 27.05.2009

No exercício de 2021, foram adimplidos os pagamentos dos parcelamentos dos impostos Federais e contribuições previdenciárias.

Circulante	2021	2020
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – débitos previdenciários	2.776.676	115.392
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – demais débitos	1.649.440	68.725
Receita Federal do Brasil - demais débitos	185.608	7.745
TOTAL	4.611.724	191.862
Não Circulante	2021	2020
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – débitos previdenciários	4.915.809	10.238.377
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – demais débitos	2.906.058	6.067.489
Receita Federal do Brasil – demais débitos	326.083	681.811
TOTAL	8.147.950	16.987.677

NOTA 05 - VALORES A RECEBER

Os valores a receber são compostos por grupos de contas derivadas de suas atividades operacionais:

5.1 – Duplicatas a receber

Cliente	2021	2020
----------------	-------------	-------------

Prefeitura Municipal de Santos

Serviços Conservação de Vias	328.061	368.259
Serviços Diversos (Limpeza, Engenharia e Arquitetura, Informática)	6.345.661	8.083.357
Terceiros		
Serviços Diversos	484.690	1.171.766
Total Geral	7.158.412	9.623.382

5.2 – Contas a Receber	2021	2020
Circulante		
Outras Contas a Receber	10.714	6.810
Total no Circulante	10.714	6.810

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

6.1 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Valores a receber referentes a adiantamentos, valores em conta vinculada e depósitos judiciais, especificamente de ações judiciais provocadas por fornecedores de bens e serviços.

6.2 – IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

Os valores dos impostos recuperáveis, inclusive de impostos e contribuições retidos sobre os serviços prestados, valores estes atualizados e compensados mensalmente com impostos da mesma natureza ou no exercício seguinte com os demais tributos federais.

6.3 – OUTROS VALORES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em decorrência de alguns processos trabalhistas em andamento, a empresa mantém valores de depósitos recursais em contas judiciais.

Composição

6.1 – Outras Contas a Receber	2021	2020
Adiantamentos	172.348	189.826
Outros Créditos	361.089	208.008

6.2 - Retenções

Retido na fonte – ano base 2021	726.388	-
Retido na fonte – ano base 2020	116.520	687.959
Retido na fonte – ano base 2019	-	49.353

6.3 – Imposto s/Circ.Mercadorias

	89.780	-
Total	1.466.125	1.135.146

Não Circulante

6.3-Outros Valores/Depósitos Judiciais	1.441.608	806.303
Total	1.441.608	806.303

NOTA 07 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Item	% Taxas Depreciação Amortização	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
				2021	2020
Terrenos	-	73.441.679	-	73.441.679	73.441.679
Edificações/ Benfeitorias	4	22.460.025	7.037.474	15.422.551	16.320.952
Máquinas/ Equipamentos	10/20	2.990.099	2.639.751	350.348	387.507
Materiais/ Utensílios	10/20	827.642	650.417	177.225	139.631
Veículos	20	1.327.869	1.327.869	-	-
Instalações	10/20	245.913	106.534	139.379	18.595
Outros	10/20	71.368	60.674	10.694	112.388
Total		101.364.595	11.822.719	89.541.876	90.420.752
Intangível	10/20	414.430	379.210	35.220	47.396

NOTA 08 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Previdenciárias estão compostas pelos seguintes grupos de contas:

Composição	2021	2020
INSTITUTO NACIONAL SEGURO-INSS		
Contribuições a vencer	718.529	346.899
FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS		
Outras Obrigações	6.921	5.610
Total	1.099.605	661.566
PARCELAMENTOS		
LEI 11.941- OBRIGAÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS		
Parcelamento 180 meses	2.776.676	115.392
Parcelamento Simplificado/Ordinário – Receita Federal do Brasil		
Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 60 parcelas	-	1.924.984
Débitos Previdenciários 08 a 13/2018 – 60 parcelas	549.137	1.098.273
Débitos Previdenciários 05 e 06/2017 e 03 a 07/2018 - 60 parcelas	631.689	1.263.378
Parcelamento–Procuradoria Geral da Fazenda Nacional		
Honorários Advocatícios – 60 parcelas	137.849	275.698
Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 30 parcelas	1.516.056	-
TOTAL	5.611.407	4.677.725
TOTAL GERAL	6.711.012	5.339.291

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2021	2020
Composição		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS		
Contribuições a Vencer	299.104	315.529
Contribuições Vencidas	19.908.674	15.247.110
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP		
Contribuições a Vencer	64.788	68.410
Contribuições Vencidas	3.638.323	2.607.361
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE		
Contribuições a vencer	376.779	373.049

Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Contribuições a vencer	5.379	2.698
OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.958	7.496
Total	24.299.005	18.621.653

PARCELAMENTOS

Lei 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS

Parcelamento 180 meses	2.238.211	76.469
Total no Circulante	2.238.211	76.469

Não circulante

Obrigações Tributárias

Lei 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS

Parcelamento 180 meses	3.534.513	6.749.299
TRIBUTOS DIFERIDOS	25.649.193	25.954.650
Total	29.183.706	32.703.949

Os débitos com os impostos, Cofins e Pasep estão sendo contestados na justiça, a Empresa através do escritório TREVISAN ADVOGADOS ajuizou Ação Declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, a ação tem como objeto a declaração de isenção dos impostos sobre os repasses da Prefeitura Municipal de Santos.

NOTA 10 – PARCELAMENTOS A LONGO PRAZO

	2021	2020
10.1 - Composição		
<u>OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIARIAS</u>		
<u>I.N.S.S./SALÁRIO EDUCAÇÃO</u>		
Parcelamento 240 meses	145.010.491	145.010.491
<u>LEI 11.941-OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS</u>		
Parcelamento 180 meses	4.915.809	10.238.377
Parcelamento Simplificado/Ordinário – Receita Federal do Brasil		
Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 60 parcelas	-	962.492
Débitos Previdenciários 08 a 13/2018 – 60 parcelas	777.943	777.943

Débitos Previdenciários 05 e 06/2017 e 03 a 07/2018 - 60 parcelas	1.000.174	1.000.174
Parcelamento–Procuradoria Geral da Fazenda Nacional		
Honorários Advocatícios – 60 parcelas	229.749	229.749
Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 30 parcelas	1.137.043	-
Total	153.071.209	158.219.226

OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

LEI 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS

Parcelamento 180 meses	3.534.513	6.749.299
Total	3.534.513	6.749.299

OUTRAS OBRIGAÇÕES

Amortização Parcelamento-Prefeitura Municipal de Santos-PMS

Lei 11.941/2009 e Lei 10.522/2002	131.878.029	111.651.382
Fundo de Participação Municipal - FPM	-	15.133.894
Outras Amortizações-Parcelamento Convencional	4.473	4.473
Obrigações com Ações Judiciais	730.717	656.691
Tributos Diferidos	25.649.193	25.954.649
Total	158.262.412	153.401.089
TOTAL GERAL	314.868.134	318.369.614

10.2 – Parcelamentos

10.2.1 – INSS

O saldo de R\$ 145.010.491 no grupo de Obrigações Sociais e Previdenciárias está sendo amortizado pela Prefeitura Municipal de Santos que, com base na Lei Municipal nº 1835, de 27 de dezembro de 1999, contratou o refinanciamento da dívida mobiliária da PRODESAN junto ao INSS, com débito consolidado em 30 de novembro de 2001; a amortização é feita através de retenção da quota parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

10.2.2 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e Lei 10.522/02

Autorizada pela Lei Municipal nº. 2.739, de 21 de dezembro de 2010, a Prefeitura Municipal de Santos garante o pagamento integral das parcelas dos acordos de parcelamento de débitos da PRODESAN junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Receita Federal do Brasil – RFB, ajustados nos termos das Leis Federais nºs. 11.941, de 27 de maio de 2009, e 10.522, de 19 de julho de 2002. Firmado com a Prefeitura

o Termo de Compromisso nº 43/2011, processo nº 19379/2009-98, para reembolso dos valores pagos, em 240 parcelas, atualizadas pela variação anual do IPCA. O saldo devedor em 31/12/2021, incluída a variação anual do IPCA, é de R\$ 131.878.029.

10.2.3 – Atualização Monetária – débitos previdenciários

Os valores das dívidas previdenciárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

10.2.4 – Parcelamentos – Lei 11.941/09 Conforme nota explicativa nº 4.

10.2.5 – Atualização Monetária – débitos tributários

Os valores das dívidas tributárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

Processos Cíveis e Trabalhistas

Valores relativos a ações trabalhistas e cíveis são reconhecidos de acordo com a posição dos advogados da Empresa, e estão assim constituídas:

Composição	2021	2020
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Férias e Encargos	6.847.633	7.310.372
Total	6.847.633	7.310.372
OBRIGAÇÕES AÇÕES JUDICIAIS		
Circulante	3.303.329	2.948.674
Não Circulante	687.037	556.136
Total	3.990.366	3.504.810
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS		
Não Circulante	43.680	100.555
Total	43.680	100.555
Total Geral	10.881.679	10.915.737

As contingências mencionadas estão garantidas por bens do imobilizado.

NOTA 12 – ONUS E GRAVAMES DE BENS

Os bens do imobilizado estão, em sua maior parte, penhorados devido a diversos processos de natureza fiscal, trabalhista e cível cujas contingências estão mencionadas na nota explicativa nº 11.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PRINCIPAIS VARIAÇÕES NO RESULTADO

A situação Patrimonial da empresa no exercício de 2021 obteve uma pequena recuperação, sendo que um dos eventos que também influenciaram foi a baixa de uma obrigação prescrita que reduziu parte das despesas financeiras, entretanto com o aumento dos juros dos parcelamentos, não foi possível reverter o resultado negativo apresentado nos exercícios anteriores.

13.1 – Despesas com Pessoal

As despesas com folha de pagamento e encargos sociais representaram no exercício, um dispêndio de R\$ 57 milhões.

13.2 – Capital de Giro

Os recursos financeiros advindos de suas atividades operacionais não possibilitaram a manutenção de um fluxo de caixa equilibrado, inclusive neste exercício ocorreu aporte de recursos pela acionista majoritária.

13.3 – Encargos Financeiros

Os encargos financeiros com multa, juros e atualização monetária são decorrentes principalmente da dívida com o parcelamento da Lei 11.941/2009 e LEI 10.522/2002, no exercício atingiu o montante de R\$ 18 milhões.

13.4 – Receitas Operacional Líquida / Custo dos Serviços / Produtos / Lucro Bruto

Ocorreu um aumento de R\$ 2,3 milhões na receita operacional líquida equivalente a 3,5% em comparação ao exercício anterior, os custos dos serviços/produtos aumentaram em R\$ 4,3 milhões equivalente a 8,6%. No exercício foi obtido um lucro bruto operacional de R\$ 13 milhões equivalente a 19,4% da receita operacional líquida.

13.5 - Resultado do Exercício

No exercício de 2021, apurado o prejuízo de R\$ 5,8 milhões, menor que o apurado no exercício de 2020 de R\$ 9,9 milhões, menor em 41,2%, o resultado do exercício foi impactado principalmente pelos encargos

financeiros no montante de R\$ 18 milhões conforme nota 13.3.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social está representado por 4.104.964.899 ações ordinárias nominativas de R\$ 0,01 cada. A Prefeitura Municipal de Santos detém 4.101.270.728 ações, correspondente a 99,9%, do capital total.

A empresa, considerando o artigo 6º, da Lei 11.638 de 28/12/2007, optou por manter os saldos existentes nas reservas de Ajustes de Avaliação Patrimonial até a sua efetiva realização.

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros, para os bens do imobilizado, em montante que considera suficiente face os riscos envolvidos. A composição das coberturas em 31.12.2021 estão assim constituídas:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Edifícios	25.535.500
Veículos – Danos Materiais e Terceiros	1.224.000
Veículos – Danos Pessoais e Terceiros	1.224.000
Veículos – Danos Morais	408.000
Total	28.391.500

ODAIR GONZALEZ
Diretor Presidente

GEONISIO PEREIRA DE AGUIAR
Diretor Administrativo-Financeiro

REGINA RODRIGUES DOS SANTOS
CRC 1SP 158.507/O-0